

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL - EXTRAORDINÁRIA -

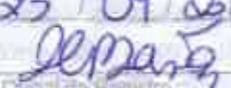
No dia 31 de janeiro de 2018 em frente ao Palácio da da Justiça do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, situado na Praça Fausto Cardoso, S/N, Centro-Aracaju/SE, presente se encontravam diretores e filiados do SINDIJUS – Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário do Estado de Sergipe para reunirem-se, extraordinariamente, em Assembléia Geral. Particionada em dois momentos, antes e depois da sessão do pleno do TJSE, foi aberta a reunião que tinha como pauta debater e deliberar sobre o seguinte assunto: 1 – Informes; 2 - Campanha Salarial: discussão e encaminhamentos em relação a contraproposta do presidente do TJSE; 3 - O que ocorrer. Declarada aberta a reunião da Assembléia Geral extraordinária a direção do SINDIJUS, através de seu coordenador de secretaria geral, iniciou os informes falando sobre os seguintes temas: última assembléia do dia 24 de janeiro de 2018, buzinaço e mobilização e reunião do dia 30 de janeiro de 2018 com o presidente do TJSE. A respeito da última assembleia, foram apresentadas as deliberações dentre as quais teriam a discordância da contraproposta de 4% apresentada pela presidência e 2,07% nos cargos em comissão, sendo que devemos rejeitar reajuste para CC's e tentar ampliar o percentual para os efetivos; encaminhada paralisação para o dia 31 de janeiro; produzir cartaz reconhecendo o trabalho dos servidores na conquista do selo diamante; emitir nota de repúdio contra a atitude do Tribunal em proibir o servidores de acompanhar a sessão do pleno; e notificar a presidência sobre os encaminhamentos. Foi informado também sobre a realização e do sucesso do buzinaço do dia 26 de janeiro no cruzamento do shopping jardins e que o buzinaço que estava marcado para o dia 30 de janeiro tinha sido cancelado devido a reunião da presidência marcada para o mesmo dia também a tarde. Por fim, relatou a respeito da reunião com o presidente Cezário, onde esse mencionou sobre os reajustes dos auxílios saúde e alimentação e que já havia informado à categoria através do e-mail funcional e afirmou ainda que os percentuais apresentados eram um avanço positivo, justificando queda de receita do TJSE e comunicou que enviaria essa proposta ao Pleno no dia seguinte – como foi feito; já com relação à possibilidade apontada pelos servidores de parcelar a negociação das perdas no vencimento base, o presidente se mostrou pessimista. Após os informes, sendo o acesso àquela casa vetado aos trabalhadores, foram feitos encaminhamentos iniciais para serem cumpridos naquela sessão pelos representantes e dirigentes Gilvan Tavares e Fabiane Spier: A) Solicitar o direito a fala, por escrito, e tentar negociar a entrada de servidores para acompanhar o pleno, caso persista a negativa, verificar com os demais desembargadores se a decisão é monocrática ou colegiada; B) pedir que os demais se manifestem e façam emendas para contemplar a pauta da categoria; C) Mencionar a proposta sobre os CC's, onde pedimos redução ou no mínimo congelamento, conforme anos anteriores; D) Pedir para que abra a mesa de negociação para tratar dos demais pontos de pauta, que tenha data de início e fim; E) Registrar o impedimento da entrada e publicar a moção de repúdio ao cerceamento da participação dos servidores. Após a sessão plenária, o coordenador Gilvan Tavares trouxe os informes da sessão, na qual não houve mudanças na proposta do presidente do TJSE e, assim, foi aprovada por unanimidade, fez a avaliação da direção, dizendo que não houve negociação e que o presidente está perdido sobre as propostas, fazendo conjecturas em relação a evolução da receita, mas não apresenta nenhum impacto, não sendo, dessa forma, transparente e assim, Cezário está sendo o pior presidente de todos, pois não atende um único ponto da pauta, trazendo uma proposta



insatisfatória para os anseios da categoria. Em seguida, o coordenador de secretaria geral, Marcus Vinicius, trouxe os encaminhamentos da direção: 1) Bater nas pautas moralistas que Cezário alega estar cumprindo (PAE, 219, CC's, auxílio moradia etc) nos meios de comunicação, com a sociedade e via jurídico também; 2) Reiterar ofício cobrando transparência do PAE e protocolizar através de uma comissão na presidência e, caso não haja resposta novamente, ir ao CNJ; 3) Continuar o debate sobre a divisão do Ferd e que a luta é por conquista remuneratória geral, não apenas no base. Abertas as falas, o servidor Lucas Oliva, representante de base do fórum integrados II, mencionou que a gestão está tendo o pior tratamento possível com a entidade sindical, que a categoria tem que ter noção que está fazendo a coisa certa e encaminhou que devemos continuar realizando atividades de rua, a exemplo dos buzinaços, se possível mensalmente. O dirigente sindical Plínio Pugliesi reafirmou que a proposta não contemplava os interesses da categoria e destacou os problemas de tratativa que não gera consenso e que ninguém tenha dúvida de afirmar isso no seu local de trabalho. Já o servidor Sérgio Ricardo propôs que a categoria encaminhe para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) o pedido de anulação da sessão do Pleno, tendo a irregularidade praticada com a proibição de entrada dos servidores. A dirigente sindical Fabiane Spier, que acompanhou a sessão, afirmou que é sempre muito estressante ir ao Pleno, pontuou que há um erro grave no discurso que a gestão tenta travar quando argumenta que o reajuste dos auxílios saúde e alimentação foi muito grande em 2017 e concluiu dizendo que salário base e auxílios são coisas distintas. O coordenador de políticas sociais Jones Ribeiro registrou a importância dos presentes e os qualificou como heróis e heroínas, que estes sim representam o Poder Judiciário e que o dia 31 de janeiro de 2018 vai ficar marcado negativamente na história do tribunal de Justiça. Após explanação, foram realizados debates e apresentadas propostas, nos quais os trabalhadores decidiram que devemos: 1) continuar com a campanha salarial, realizando atos públicos a exemplo dos buzinaços; 2) publicar moção de repúdio à gestão do desembargador Cezário Siqueira Neto sobre a proibição dos servidores de entrarem no Palácio da Justiça e assistirem a sessão do Pleno; 3) continuar a luta pela divisão dos recursos do FERD; 4) reiterar ofício cobrando transparência sobre os pagamentos da Parcela Autônoma de Equivalência - PAE, e protocolar através de uma comissão à Presidência do TJSE; caso não haja resposta, ingressar com Pedido de Providência no CNJ; 5) encaminhar solicitação ao CNJ de anulação da sessão do dia 31 de janeiro; 6) solicitar abertura de mesa de negociação com representantes da categoria e da gestão do TJSE. Nada mais havendo, foi declarada encerrada a reunião. Eu, Marcus Vinicius Ramos Santos Coordenador da Secretaria Geral, lavrei a presente ata.


Marcus Vinicius Ramos Santos
Coordenador da Secretaria Geral



107 000 000 L	Registro no livro B 23 04 2018
107 000 000 L	sub o nº 332 04 2018
107 000 000 L	Protocolado no livro 25
107 000 000 L	sub o nº 130 19 04 2018
107 000 000 L	Arquivado 23 04 2018
107 000 000 L	
107 000 000 L	Classe do Registro